



**ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/07/2012**

1 CONSELHEIROS PRESENTES

2

3 Fabiano Müller Silva - representante suplente da Secretaria de Estado da Agricultura e da
4 Pesca - SAR;

5 Sebastião Silveira - representante suplente da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SIE;

6 Francisco Carlos Portela – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde – SES;

7 Germano Luiz Amorim Filho - representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda –
8 SEF;

9 Michel Becker - representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A-
10 CELESC;

11 Vanessa Santos – representante suplente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
12 – CASAN;

13 Ten. Marledo Egídio Costa – representante suplente da Guarnição da Polícia Militar
14 Ambiental- GPMA;

15 Edison Pereira de Lima – representante suplente da Secretaria de Estado do
16 Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS;

17 André Miquelante - representante suplente da Federação Catarinense dos Municípios -
18 FECAM;

19 Fabiane Nóbrega – representante suplente da Federação das Indústrias do Estado de Santa
20 Catarina – FIESC;

21 Adriano Gelsleuchter – representante titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura
22 de Santa Catarina – FETAESC;

23 Ives Luiz Lopes – representante suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de
24 Santa Catarina – FETAESC;

25 Ciro Loureiro Rocha – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia
26 Sanitária e Ambiental – ABES/SC;

27 José Vicente Miranda Regina – representante titular da Associação Brasileira de Recursos
28 Hídricos - ABRH;

29 João Luiz Baptista de Carvalho – representante titular da Associação Catarinense das
30 Fundações Educacionais – ACAFE.

31

32 REPRESENTANTES DA SDS

33 Vinicius Tavares Constante – Secretário Executivo do CERH;

34 Edison Pereira de Lima – Diretor de Recursos Hídricos da DRHI/SDS;

35 Rui Batista Antunes – Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos – DRHI/SDS;

36 Daniel Casarin Ribeiro – Coordenador de Projetos Especiais - SDS;

37 Thays Saretta Sulzbach – Gerente de Drenagem Urbana, Água e Esgoto – DSMA/SDS;

38 César Rodolfo Seibt - Técnico da DRHI/SDS;

39 Marcelo Viana da Silva – Técnico da DRHI/SDS;

40

41 OUTROS REPRESENTANTES

42 João M^a Telles Souza – Comitê Canoas;

43 Alessandro Tiesca Pereira – Comitê do Rio das Antas;

44 Alfredo Lang Scultetus – Comitê do Rio Canoinhas;

45 Julio César Mosquetta – Comitê do Rio do Peixe;

46 Solange V. Coutinho – Comitê do Rio do Peixe;



ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/07/2012

47 Marcos R. Bousatt – Comitê do Rio Jacutinga;
48 Maycon Pedoti – Comitê do Rio Jacutinga;
49 Antonio Adilio da Silveira – Comitê Urussanga;
50 Beate Frank – ABRH;
51 Gilberto Valente Canali.

52

53 INÍCIO: 14h15min TÉRMINO: 16h50min

54

55 Às quatorze horas e quinze minutos, em segunda chamada, do vigésimo dia do mês de julho
56 de dois mil e doze, no Auditório da Secretaria de Estado da Administração, reuniram-se os
57 acima nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

- Aprovação da Ata da 29ª Reunião Ordinária do CERH;
- Posse de novos conselheiros do CERH;
- Apresentação dos Planos Municipais de Saneamento;
- Instituição da Comissão Técnica da Bacia do Rio Uruguai-CTRU;
- Apresentação do Relatório das atividades dos Comitês 2011;
- Prestação de Contas do FEHIDRO 2011;
- Relato das atividades das comissões técnicas
 - Comissão Técnica de Assuntos Institucionais e Legais - CTIL;
 - Comissão Técnica de Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos – CTORH;
 - Comissão Técnica de Acompanhamento do Programa SC Rural.
- Solicitação da ACAFE para retornar a CTORH (excluída por faltas);
- Encaminhamento sobre Grupo de Trabalho (CONSEMA) para analisar controle por chip eletrônico, da atividade mineraria em leito de rio – demanda da Procuradoria da República de Blumenau;
- Encaminhamento sobre Ofício nº71/2012 do Comitê Itajaí – Obras Controle de Enchentes no Vale do Itajaí;
- Encaminhamento sobre resposta ao Ofício nº 062/12 da Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil – Alterações no Regimento Interno do Comitê Itajaí.

O Secretário Executivo do CERH, Vinicius Tavares Constante, abriu a 30ª Reunião do CERH, cumprimentando os conselheiros e lembrando-os que na reunião passada alguns conselheiros saíram no meio da reunião e por isso só foi possível deliberar os dois primeiros itens da pauta, nesse sentido pediu aos conselheiros que permaneçam até o final da reunião. Vinicius informou também que o Presidente do Conselho não poderá participar da reunião e, portanto é necessária a escolha de alguém para presidir a reunião, sugerindo que o Gerente de Planejamento da DRHI/SDS, Rui Batista Antunes, conduza a reunião com o seu auxílio em virtude dos dois estarem mais inteirados dos assuntos em pauta, possibilitando maior agilidade para concluir os itens da pauta. A plenária aceitou a sugestão. Rui Batista Antunes informou que a Ata da 29ª Reunião Ordinária do CERH estava disponível no site para análise dos conselheiros e indagou se era necessária a leitura. A plenária decidiu que não havia necessidade. Rui indagou se alguém tinha alguma sugestão de alteração, não havendo a Ata foi aprovada sem alterações. Em seguida, foi feita a leitura dos termos de posse dos novos conselheiros, Adriano Gesleuchter (titular FETAESC), Ives Luiz Lopes (suplente FETAESC) e João Luiz Batista de Carvalho (titular ACAFE). Após a posse dos novos conselheiros foi apresentado, pela Thays Saretta Sulzbach, Gerente de Drenagem



**ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/07/2012**

93 Urbana, Água e Esgoto da DSMA/SDS, aspectos gerais acerca dos 179 planos municipais
94 de saneamento que foram elaborados com recursos do FEHIDRO. Thays apresentou as
95 justificativas, os objetivos gerais, como foram distribuídos espacialmente os lotes para o
96 processo licitatório, o custo total do projeto, as fases de elaboração dos planos e quais são
97 as temáticas abrangidas pelos planos. Thays informou que todos os planos foram entregues
98 e, em geral, agora estão nas câmaras de vereadores para aprovação e transformação em lei.
99 Beate Frank, indagou se havia alguma orientação por parte da SDS com relação à
100 elaboração de sistemas centralizados de tratamento de esgoto, pois existem manifestações
101 por parte dos municípios reclamando que as soluções apresentadas nos planos privilegiam
102 sistemas centralizados, sendo que para os municípios pequenos levantarem o montante de
103 recursos para a sua implantação fica bastante complicado. Thays respondeu que a SDS
104 acompanhou todo o processo, mas que na concepção do processo a participação do
105 município foi reforçada através dos grupos de acompanhamento e das audiências públicas
106 para que os planos fiquem com a cara do município. A seguir, Vinicius Constante
107 apresentou o processo e o motivo de criação da Comissão Técnica da Bacia do Rio Uruguai
108 – CTRU, que foi aprovada na 21ª Reunião Ordinária do CERH. Na sequência, Vinicius
109 apresentou a minuta de resolução de criação da comissão, elaborada pela CTIL. Após a
110 leitura da minuta de resolução foi aberto para os conselheiros apresentarem sugestões e para
111 as entidades manifestarem interesse em compor a comissão. Rui Batista Antunes lembrou
112 que a sugestão de criação da comissão foi do conselheiro Claudio Floriani, hoje
113 representante da ABRH, mas na época representante da CASAN. Gilberto Valente Canali
114 pediu esclarecimento sobre o papel da comissão, se a atribuição de criação do comitê não é
115 do estado qual seria o papel desta comissão. Vinicius esclareceu que na reunião ocorrida em
116 Erechim, no dia 23 de maio de 2012, onde foi assinado um protocolo de intenções para a
117 criação do Comitê Uruguai, decidiu-se que os comitês de bacias dos estados de SC e RS
118 que fazem parte da bacia do Rio Uruguai coordenariam o processo de criação do Comitê
119 Uruguai. Este processo precisa passar pelos conselhos dos dois estados para ser
120 encaminhado para o CNRH, neste sentido esta comissão deverá acompanhar o processo de
121 criação para repassar informações ao conselho. Rui Batista Antunes acrescentou que a
122 criação desta comissão está atendendo as resoluções CNRH nº005/2000 e nº109/2010, e
123 deverá discutir a articulação entre os estados para encaminhar a proposta de criação ao
124 CNRH. O Presidente do Comitê do Rio das Antas, Alessandro Tiesca Pereira, manifestou
125 que o grupo dos comitês já está trabalhando há algum tempo neste processo de
126 sensibilização e mobilização como protagonistas neste processo, neste sentido sugeriu a
127 inclusão dos Comitês como membros da comissão e a exclusão do art. 5º que insere os
128 comitês como entidades convidadas. Informou também que será realizado um seminário no
129 dia 1º de agosto em Itá, onde será elaborada uma carta proposta para ser remetido à ANA e
130 ao CNRH solicitando que estes órgãos emitam uma resolução conjunta estabelecendo os
131 procedimentos para a criação do Comitê Uruguai. Rui Batista Antunes esclareceu que as
132 comissões técnicas do CERH são compostas por entidades membro do CERH, por isso os
133 comitês foram inseridos como convidados. Alessandro Tiesca sugeriu que se altere o texto
134 do art. 5º trocando o termo “convidadas” por “colaboradoras”. O conselheiro Ciro Loureiro
135 Rocha, representante da ABES, argumentou que a resolução cita que no processo de criação
136 deve haver interação entre os estados envolvidos e a união, mas que deveria ser mais
137 especificado como ocorrerá esta interação, uma vez que os estados estão tomando esta
138 iniciativa, mas a prerrogativa de criação é da união, que não está se movimentando.



**ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/07/2012**

139 Vinicius falou que existe esta interação entre os órgãos federais e os estados, que a ANA, o
140 MMA, e o CNRH já foram informados sobre a mobilização para a criação do Comitê do
141 Uruguai e estão dando orientação; entretanto não caberia descrever na resolução que tipo de
142 interação deve ocorrer entre os entes da federação envolvidos na criação do Comitê. O
143 conselheiro José Vicente Miranda Regina, representante da ABRH, fez um breve histórico
144 do processo de criação do Comitê Uruguai, lembrando que na discussão do Plano Nacional
145 de Recursos Hídricos, a criação do comitê foi colocada como prioridade, em 2010 o
146 Ministério Público Federal – 4ª Região de Porto Alegre iniciou uma ação de cobrança para
147 que os dois estados instituassem o Comitê, onde foi feita uma primeira reunião com a
148 participação de várias entidades dos dois estados; em 2011 ocorreu outra reunião em
149 Brasília na ANA, também com a participação de vários setores de usuários e do poder
150 público; neste meio tempo foi proposto no CERH a criação da Comissão para acompanhar
151 o processo. José Vicente salientou também que a postura da ANA é esperar que ocorra
152 movimentação das bases para que seja criado o comitê e essas ações do Ministério Público
153 motivaram a ANA e os estados, que devem aportar recursos e tempo para a instituição do
154 Comitê; sugeriu também que fosse excluído o art. 5º que coloca os comitês como
155 convidados e se insira um ou dois comitês no art. 3º junto como membro, pois não seria
156 necessário ter todos os comitês, mas sim um ou dois comitês para fazer a interface entre a
157 comissão e o grupo de comitês que está coordenando o processo de criação; ainda
158 manifestou que a ABRH tem o interesse de integrar a Comissão. Rui Batista Antunes
159 informou que a minuta foi redigida com a separação das entidades que compõem o conselho e
160 os comitês separados como colaboradores uma vez que estes não são membros do CERH e
161 assim não há a necessidade que todos os comitês participem das reuniões. O conselheiro
162 Fabiano Müller Silva, representante da SAR manifestou o interesse da instituição integrar a
163 Comissão. Vanessa Santos, representante da CASAN indagou quem eram as entidades que
164 se dispuseram a participar da comissão na época da criação e também a CASAN tem
165 interesse de compor a comissão. Beate Frank justificou que a intenção da CTIL ao redigir a
166 minuta de resolução com as entidades membro do CERH e os comitês compondo a
167 comissão em artigos separados não foi criar outro grupo aparte do grupo dos comitês que já
168 está trabalhando, a ideia é que através desta comissão se de apoio e agregue ao grupo alguns
169 representantes do CERH para dar um suporte a mais, não dividir e sim somar, nesse sentido
170 que se quis colocar o nome dos cinco comitês na resolução como parte integrante, embora
171 como colaboradores por causa das questões regimentais do CERH. Ciro Loureiro Rocha,
172 representante da ABES, informou que a entidade tem interesse em compor a comissão. Rui
173 Batista Antunes esclareceu que por causa das regras para formação das comissões técnicas,
174 estas só podem ser compostas por entidades membro do conselho e, por isso as propostas de
175 incluir os comitês no artigo 3º ficam prejudicadas. João Luiz Baptista de Carvalho,
176 representante da ACAFE, manifestou que a entidade tem interesse em participar da
177 Comissão. Fabiane Nóbrega, representante da FIESC informou que vai consultar os
178 membros da entidade para ver se existe interesse, e manifestará em seguida. Rui Batista
179 Antunes colocou para votação a redação da minuta, sendo esta aprovada. Gilberto Valente
180 Canali se pôs a disposição para colaborar com a Comissão, tendo em vista que no artigo 4º
181 diz que podem ser convidados técnicos para auxiliar a comissão. Vinicius Constante
182 lembrou que as entidades tem prazo de 15 dias para enviar o nome dos seus representantes.
183 A seguir, Rui Batista Antunes apresentou o relatório das principais atividades
184 desenvolvidas pelos 16 comitês de bacia catarinenses no ano de 2011, ressaltando que a



**ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/07/2012**

185 apresentação é um resumo bastante simplificado para que os conselheiros tenham noção de
186 quais atividades estão sendo desenvolvidas nas bacias fomentadas ou acompanhadas pelos
187 comitês. José Vicente Miranda Regina questionou como estava o repasse de recursos do
188 FEHIDRO para a operacionalização dos comitês, já que este acompanhamento deve ser
189 feito pelo CERH. Rui Batista Antunes informou que no ano passado os recursos destinados
190 aos comitês variaram entre 60 a 90 mil reais, e neste ano são 150 mil reais por comitê,
191 entretanto existem diversos entraves para o repasse destes recursos para os comitês em
192 função do comitê não ter personalidade jurídica e ter que ser feito o repasse de recursos
193 através de outra entidade; este processo é bastante moroso por causa de burocracias
194 inerentes a administração pública, mas mesmo assim, dos 16 comitês 9 deles já receberam
195 os recursos deste ano. Em seguida, Rui Batista Antunes apresentou a prestação de contas
196 sobre os recursos aplicados do FEHIDRO no ano de 2011. Rui apresentou rapidamente os
197 objetivos do fundo e quais linhas de ação podem receber recursos; apresentou os valores
198 descentralizados do FEHIDRO para os comitês e prefeituras que totalizaram R\$
199 7.895.913,62, para o programa SCRURAL/Ação Gestão de Recursos Hídricos R\$
200 3.166.499,08, para o levantamento aerofotogramétrico R\$ 7.003.482,57, para os Planos
201 Municipais de Saneamento R\$ 6.142.896,75, num total geral de recursos aplicados de
202 24.208.792,02. Ciro Loureiro Rocha perguntou se o problema de vinculação do recurso da
203 compensação financeira da geração de energia hidrelétrica ao FEHIDRO já foi superado.
204 Rui Batista Antunes respondeu que já foi superado. Ciro Loureiro Rocha questionou
205 também se os recursos repassados para as prefeituras passaram por algum processo de
206 priorização pelos comitês ou pela SDS para a decisão sobre quais deveriam receber os
207 recursos. Rui respondeu que não, entretanto todos os projetos foram analisados pela DRHI
208 que elaborou parecer técnico. No próximo item da pauta, Vinicius Constante apresentou as
209 atividades das comissões técnicas no período de maio a julho de 2012; a CTIL foi a
210 comissão que teve a maior demanda de assuntos realizando 5 reuniões neste período, sendo
211 que a ACE faltou nas cinco reuniões devendo ser excluída, conforme estabelece o
212 regimento interno da comissão. Após a apresentação das atividades das comissões técnicas,
213 Vinicius Constante informou que a ACAFE, entidade que havia sido excluída da CTORH
214 por faltas acima do permitido pelo regimento interno da comissão, indicou novos
215 representantes e solicitou retorno para a comissão. A plenária aprovou o retorno da
216 entidade. Vinicius Constante informou aos conselheiros que o Ofício nº71/2012 do Comitê
217 Itajaí, sobre obras de controle de cheias no Vale do Itajaí foi entregue ao presidente do
218 CERH, o secretário Paulo Bornhausen, e que o documento faz um histórico sobre as
219 decisões do CERH relacionadas com o tema de controle de cheias e solicita que seja feita
220 uma análise se os outros órgãos do governo do estado estão obedecendo estas decisões,
221 neste sentido a plenária precisa decidir que encaminhamento dará para este ofício, se cria
222 um grupo de trabalho para analisar o assunto, encaminha para a análise da CTIL, etc.
223 Germano Luiz Amorim Filho, representante da Secretaria de Estado da Fazenda, falou que
224 não está conseguindo abrir os documentos de subsídio para a reunião, disponibilizados no
225 site. Vinicius informou que irá, a partir da próxima reunião, enviar também os arquivos
226 anexos ao e-mail de convocação para a reunião, entretanto alerta que pode haver algum
227 problema no envio em função do tamanho dos arquivos. Vinicius abriu o documento,
228 apresentou seus principais pontos e indagou aos conselheiros sobre qual encaminhamento
229 será dado ao ofício. Beate Frank informou que este documento foi redigido pelo Comitê
230 Itajaí se pautando na Lei de 1985 que criou o conselho, que diz ser atribuição do CERH



**ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/07/2012**

231 definir diretrizes para o programa estadual de prevenção contra enchentes, e o PPRD
232 elaborado para a bacia do Itajaí foi aprovado aqui neste conselho, assim como outras
233 decisões deste conselho como a resolução CERH n° 006/2011, e o Governo do Estado está
234 anunciando uma série de investimentos em obras para a contenção de cheias que
235 aparentemente não correspondem com tudo que foi discutido e decidido por este conselho.
236 Rui Batista Antunes destacou que o Comitê Itajaí fez sua parte ao questionar se as ações de
237 governo relacionadas a recursos hídricos estão sendo implementadas de acordo com a
238 política de recursos hídricos, já com relação às decisões do CERH seria o ideal que todas as
239 entidades seguissem, mas na administração pública a cada administração entra um grupo de
240 gestores diferentes e a continuidade das ações não acontece como deveria, e na época em
241 que foi criado o GTC não existia no estado a Secretaria da Defesa Civil, neste sentido
242 existem mudanças hoje; mas concordou com a Beate Frank que em tudo o que está sendo
243 implementado com relação a desastres no estado deve-se ao menos levar em consideração
244 as decisões do CERH, nesse sentido Rui sugeriu que seja encaminhado ao governador um
245 ofício do CERH recomendando em todas as ações empreendidas pelo governo na área de
246 contenção de cheias, que seja levado em consideração as decisões já tomadas por este
247 conselho. Ciro Loureiro Rocha sugeriu que este ofício do Comitê Itajaí seja encaminhado
248 para a elaboração de parecer da CTIL, para com base neste parecer subsidiar o conselho
249 para elaborar resolução sobre estas questões. José Vicente Miranda Regina argumentou que
250 este assunto não cabe a CTIL, pois são questionamentos relativos à execução de ações por
251 parte do governo do estado e a CTIL não tem conhecimento das ações implementadas pelo
252 governo, portanto, a única alternativa é repassar a pergunta para o governo. O Cap.
253 Marledo, representante do BPMA, sugeriu que seja feita uma moção do CERH alertando
254 que a política de investimentos do governo tem que estar coerente com as orientações do
255 CERH, mas primeiramente precisamos conhecer como serão feitos estes investimentos do
256 governo e seria oportuno trazer alguém responsável por estas ações para assim analisarmos
257 se existem disparidades com relação ao que já foi decidido neste conselho. O representante
258 da SES, Francisco Portela, manifestou que no seu entendimento não existe um descompasso
259 muito grande entre o que esta sendo proposto pelo governo para a contenção de cheias e o
260 que foi decidido por este conselho, até porque o projeto JICA foi discutido e teve
261 contribuições dos diversos órgãos do governo, inclusive da SDS e do Comitê Itajaí, mas
262 concorda que alguém da Secretaria de Defesa Civil poderia vir aqui apresentar o que está
263 sendo planejado. Segundo o representante da ACAFE, João Luiz Baptista de Carvalho, o
264 governo tentou adequar as obras ao menos nominalmente ao que estava escrito no
265 documento, mas na realidade não foi isto que ele fez e o discurso é sempre o mesmo, se vier
266 alguém para falar aqui vai falar que este é um conjunto de medidas discutido com a
267 sociedade através de diversas audiências públicas; portanto a atitude deve ser mais enérgica
268 por parte do conselho para que o conjunto de legislações pertinentes ao assunto seja
269 obedecido. O representante da CELESC, Michel Becker, concorda com as colocações do
270 José Vicente de Miranda Regina, e o conteúdo deste ofício deve ser uma pergunta para o
271 executivo sobre o que está sendo feito, e ao executivo cabe responder, se isso atende as
272 decisões deste conselho é uma atribuição do CERH analisar; nós podemos ter outro pedido
273 aqui de apresentação pelo executivo das ações que serão implementadas. Beate Frank
274 argumenta que não é atribuição do Comitê fiscalizar as ações do governo e uma
275 apresentação também não atende, pois eles irão apresentar aqui, alguns conselheiros irão
276 concordar, outros discordar do que foi apresentado, mas nada vai mudar; a questão é que o



**ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/07/2012**

277 CERH ratificou posicionamentos do Comitê Itajaí sobre o Projeto JICA por meio da
278 resolução 006/2011 e as decisões deste conselho são vinculantes, ou seja, ele não apenas
279 aconselha o governador nas políticas de estado, mas ele é o órgão de orientação superior da
280 política estadual de recursos hídricos; o Comitê do Itajaí não está dizendo no ofício que o
281 estado está executando algo diferente do que havia sido aprovado antes, mas que isso deve
282 ser averiguado, tendo em vista que os anúncios feitos pelo governo apontam para isso, e
283 talvez criar um grupo de trabalho para analisar ponto a ponto os documentos seja o mais
284 adequado. Rui Batista Antunes argumentou que não dá para, neste momento, exigir muito
285 deste conselho que tem dificuldade até para se reunir por falta de quórum, e existem
286 diversos outros assuntos que precisam de aprovação deste conselho. Ciro Loureiro Rocha
287 reforçou que o assunto deve ser encaminhado para a CTIL. Partiu-se para votar sobre as
288 propostas apresentadas. Decidiu-se encaminhar ofício ao executivo e chamar alguém
289 responsável pelas ações da defesa civil na área de contenção de cheias no Vale do Itajaí.
290 Rui esclareceu que será elaborado o ofício citando os documentos e estudos aprovados pelo
291 conselho, e perguntando sobre as ações que estão sendo empreendidas pelo governo, este
292 ofício será enviado por e-mail para conhecimento dos conselheiros para depois ser
293 encaminhado para ao governo. Germano Luiz Amorim Filho sugeriu que, se possível, após
294 receber a resposta do ofício que a SDS e a secretaria executiva do CERH faça uma análise e
295 já traga para o conselho um parecer avaliando se as ações do governo estão ou não de
296 acordo com o que foi decidido por este conselho. No seguinte item da pauta, Vinicius
297 Constante informou que as alterações feitas pelo Comitê Itajaí no seu regimento interno,
298 aprovadas por este conselho, foram encaminhadas para publicação, mas não foram
299 aprovadas pela Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil que devolveu o regimento
300 com um parecer apontando os pontos que tinham algum problema; este parecer foi
301 encaminhado ao Comitê Itajaí para se manifestar sobre o assunto e o comitê elaborou um
302 parecer justificando as alterações feitas no regimento; o mesmo aconteceu com as
303 alterações no regimento interno do Comitê Tijucas, nesta semana recebemos o parecer da
304 Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil apontando os pontos que precisavam ser
305 revisados para a sua publicação, neste parecer ainda foi sugerido à padronização dos
306 regimentos dos comitês. Rui Batista Antunes esclareceu que assim como a criação do
307 comitê, o seu regimento interno é publicado por decreto do governador e, por isso precisa
308 passar pela Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil, e quando eles analisaram o
309 regimento do Comitê Itajaí foi alegado que haviam competências no regimento que
310 extrapolam as competências de um comitê, quando aqui mesmo neste conselho já havia
311 sido discutido este assunto e decidido que não há problemas relativos as competências neste
312 regimento; neste meio tempo voltou também o regimento interno do Comitê Tijucas para
313 que sejam feitas as devidas correções e pedindo para que seja feita a uniformização dos
314 regimentos dos comitês do estado de Santa Catarina. Beate Frank manifestou que no seu
315 ponto de vista a padronização é possível em termos, mas é necessário considerar a diretriz
316 da lei nacional que diz que a gestão de recursos hídricos deve considerar as diversidades
317 regionais, existem problemas diferentes nas bacias hidrográficas do estado e neste sentido
318 os comitês são diferentes, de fato existem questões menores organizativas que precisam ser
319 corrigidas e podem ser padronizadas, contudo isso não se faz de uma vez e existe uma ação
320 do SCRURAL que vai tratar deste assunto nos próximos anos; a questão específica que
321 aparece no parecer sobre o regimento do Comitê Itajaí é a confusão entre as políticas de
322 defesa civil e de recursos hídricos; isto demonstra que eles (Casa Civil) não entendem nem



**ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/07/2012**

323 de uma, nem de outra, eles confundem prevenção de desastres com prevenção de enchentes,
324 estas confusões foram esclarecidas nas 11 paginas do parecer do Comitê Itajaí. Rui Batista
325 Antunes sugeriu que o parecer do Comitê Itajaí fosse aprovado pela plenária do CERH para
326 ser remetido a Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil. Vinicius Constante
327 apresentou os principais pontos do parecer do comitê. Rui Batista Antunes apresentou
328 alguns pontos do parecer da Casa Civil sobre o regimento do Comitê Tijucas que são
329 similares ao parecer feito sobre o regimento do Comitê Itajaí. Francisco Portela lembrou
330 que a lei nacional sobre política de defesa civil é muito recente e muitos dos temas
331 abordados nesta lei são comuns a outras políticas setoriais, e isso acontece com a política de
332 recursos hídricos, por isso existem conflitos. Cap. Marledo concordou com o
333 posicionamento de Francisco Portela, de que esta nova política de defesa civil está gerando
334 conflitos, tanto na área de meio ambiente como na área de recursos hídricos, e aqui no
335 estado ainda tem uma nova Secretaria de Estado que está reivindicando o seu espaço, e em
336 virtude destes conflitos é necessário que este órgão (Secretaria de Defesa Civil) tenha
337 acento neste conselho; mas existem duas questões diferentes levantadas pela Casa Civil, a
338 primeira questão de uniformização dos regimentos pode ser tratada na CTIL e depois ser
339 trazida para a plenária, a segunda questão diz respeito aos conflitos de entendimento sobre a
340 interface das políticas de defesa civil e de recursos hídricos e necessitamos ainda de mais
341 subsídios jurídicos para ter segurança para tomar uma decisão, talvez a própria CTIL possa
342 fazer um parecer sobre o assunto para decidirmos com maior embasamento. Decidiu-se que
343 a CTIL deverá analisar estes pareceres sobre os regimentos dos comitês Itajaí e Tijucas e
344 elaborar um parecer para subsidiar a decisão do conselho, enquanto isso os processos dos
345 regimentos ficarão parados no aguardo do posicionamento do CERH. Vinicius Constante
346 informou que foi criado um Grupo de Trabalho no CONSEMA para analisar a viabilidade
347 de controle da atividade minerária em leito de rio, e o CERH tem uma cadeira neste GT, e
348 seria interessante que alguma entidade membro do CERH que tenha conhecimentos
349 técnicos sobre o assunto participe das reuniões. O Cap. Marledo esclareceu que esta foi uma
350 deliberação da ultima reunião do CONSEMA em virtude de demanda da Procuradoria
351 Geral da República em Blumenau sobre a dificuldade de controle da atividade minerária em
352 leito de rio, trazendo o exemplo dos rios das bacias do Itajaí e Tijucas e os problemas de
353 assoreamento e desbarrancamento das margens em decorrência desta atividade, propondo
354 uma regulamentação para o controle através de chip eletrônico como já acontece com o
355 sistema de pesca industrial no Brasil, e o grupo de trabalho vai analisar se é possível
356 regulamentar algo neste sentido. João Luiz Baptista de Carvalho informou que o trabalho de
357 monitoramento da pesca industrial foi desenvolvido pela UNIVALI e o mesmo trabalho
358 esta sendo feito para a dragagem do Porto do Itajaí, onde se monitora o local de extração e
359 de depósito da areia dragada e este é o mesmo princípio necessário para o controle da
360 atividade minerária em leito de rio, portanto não há dificuldade técnica e esta é uma
361 ferramenta que precisa ser utilizada; neste sentido João Luiz manifestou que a ACAFE pode
362 representar o CERH neste GT do CONSEMA com a indicação de alguém do grupo de
363 pesquisa da UNIVALI. Rui Batista Antunes reiterou que não era função dele presidir a
364 reunião, mas para dar uma celeridade no andamento da reunião foi adotado este
365 procedimento, também agradeceu a todos os conselheiros e demais presentes pela
366 participação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH**

**ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/07/2012**

Florianópolis, 08 de agosto de 2012.

Paulo Bornhausen
Presidente do CERH

Ciro Loureiro Rocha
Presidente Substituto

Vinicius Tavares Constante
Secretário Executivo do CERH